

HABEAS CORPUS Nº 559.926 - RJ (2020/0025067-5)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO

IMPETRANTE : RUY ALVES BASTOS

ADVOGADO : RUY ALVES BASTOS - RJ158794

IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PACIENTE : SUELEN MATOS DOS SANTOS

INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em face de acórdão assim ementado (fl. 39):

HABEAS CORPUS. A Paciente foi condenada como incurso nas sanções dos artigos 305 e 313-A, na forma do art. 71, caput, todos do Código Penal, a uma pena final de 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão, em regime semiaberto. Postula a progressão do regime para o aberto com aplicação da prisão domiciliar, pelo fato de ser mãe de 2 (dois) filhos menores de 13 e 07 anos respectivamente. A Autoridade apontada como Coatora não apreciou o pedido de progressão ao entendimento de que falece àquele Juízo competência para o exame da substituição do regime, que deverá ser analisado pelo Juízo da VEP. O juízo de primeiro grau limitou-se a traçar esse cenário técnico processual, sem estabelecer qualquer conteúdo decisório, tornando evidente que não se pode considerar a ora paciente como sofrendo um constrangimento ilegal por força de uma eventual decisão do Judiciário. Ademais tal providência importaria em supressão de instância, uma vez que o pedido não foi requerido junto ao juízo da Vara de Execuções Penais, competente para a sua apreciação, nos termos do artigo 105 da Lei de Execuções Penais. Tais circunstâncias estão a demonstrar que inexistem os pressupostos necessários para a impetração do presente habeas corpus. Por tais fundamentos, ante a ausência dos requisitos básicos do mandamus, dele NÃO SE CONHECE.

Consta dos autos que a paciente foi condenada por ofensa aos arts. 305 e 313-A, na forma do art. 71, todos do Código Penal, às penas de 5 anos e 6 meses de reclusão, no regime semiaberto, e 27 dias-multa.

Requer o impetrante que seja deferido à ré o regime "semiaberto harmonizado", em razão da baixa periculosidade dos delitos praticados e devido ao fato de a paciente ter filhos menores – 7 e 13 anos de idade – que dela dependem diretamente.

Alega que, no Estado do Rio de Janeiro, o condenado inicialmente é recolhido ao cárcere, para só então ser expedida a carta de execução de sentença, de modo que a defesa da paciente impetrou *HC* preventivo junto ao juízo de 1º grau, em que tramitou a ação penal, *para que o pedido de prisão semiaberto harmonizado fosse apreciado de imediato, sem a necessidade de*

recolhimento da paciente ao cárcere para aguardar a expedição da CES e só então, após de meses no cárcere, poder requerer ao juiz da VEP o benefício do semiaberto harmonizado (fl. 6).

O Juízo *a quo*, contudo, nem sequer conheceu do pedido, ao fundamento de que não seria competente para se manifestar acerca da concessão de eventuais benefícios executivos. O Tribunal *a quo*, por sua vez, não conheceu da impetração sob pena de incursão em indevida supressão de instância.

Assim, aponta o impetrante para uma situação *sui generis* de negativa de prestação jurisdicional, pois, entre a prisão do condenado e a formação do processo de execução, não haveria um único juízo competente para a análise de eventuais pedidos.

Requer, liminarmente, que esta Corte determine ao juízo executivo a expedição de guia de execução definitiva, *independente de prévio recolhimento da paciente ao cárcere, sendo, se for o caso de já ter sido expedido o mandado de prisão, que seja então recolhido, devendo ainda liminarmente ser concedido desde já o cumprimento de sua pena em regime domiciliar na forma do art. 117, III, LEP, sendo certo que a paciente se coloca à disposição da justiça desde já para iniciar o cumprimento de sua reprimenda penal com as cautelas determinas por este Juízo (fl. 15).*

No mérito, requer *que seja concedida prisão domiciliar na forma do regime semiaberto desde o início para a paciente, com a autorização para que a mesma continue a desenvolver sua atividade laborativa conforme Contrato de Trabalho em anexo do horário de 7h a 18h, nos dias de segunda a sexta-feira, tendo em vista que a mesma possui necessidade de prover sua prole (fl. 15).*

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

Manifestou-se o Ministério Público Federal pela concessão da ordem *para que se determine a expedição da carta de execução de sentença, a qual possibilitará que a paciente postule o regime domiciliar no juízo próprio (fl. 64).*

É o relatório.

DECIDO.

Cumpre destacar, de início que a matéria referente à expedição de guia de execução definitiva não foi debatida pelo Tribunal estadual, pois no acórdão impugnado só houve discussão a respeito da progressão ao regime aberto com aplicação da prisão albergue domiciliar (fl. 41).

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, esta Corte possui o entendimento segundo o qual, para a expedição da guia de execução é necessário o início de cumprimento da pena, consoante o art. 674 do CPP, o que não ocorreu no presente caso, conforme o relato do próprio impetrante. A propósito: AgRg no RHC 109.312/RR, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 11/04/2019, DJe 26/04/2019; e AgRg no RHC n. 98.308/SP, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 12/9/2018.

No mais, no tocante à concessão da custódia domiciliar, em consulta ao sistema processual eletrônico desta Corte, verifica-se que o presente *writ* é mera reiteração do *Habeas corpus* 537.464/RJ, julgado em 19/11/2019.

Ante o exposto, não conheço o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator